



**SUPERINTENDÊNCIA  
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

[www.suframa.gov.br](http://www.suframa.gov.br)

# **Clipping Local Mídia Impressa**

**Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM**

**Manaus, terça-feira, 12 de março de 2013**

JORNAL DO COMMERCIO CAPA .....	1
JORNAL DO COMMERCIO CAPA .....	2
JORNAL DO COMMERCIO Maior arrecadação .....	3
JORNAL DO COMMERCIO Falta divulgação para alavancar turismo..... OPINIÃO	4
JORNAL DO COMMERCIO Plínio diz que só a ZFM interessa .....	5
JORNAL DO COMMERCIO Alimentos .....	6
JORNAL DO COMMERCIO Mdic .....	7
JORNAL DO COMMERCIO Tributos .....	8
A CRITICA sim & não .....	9
A CRITICA Emendas de R\$ 781 milhões.....	10
A CRITICA Holanda de olho no Polo Naval do AM .....	11
A CRITICA Guerra Fiscal .....	12
A CRITICA Espaço da Indústria.....	13
A CRITICA Comércio exterior .....	14
DIÁRIO DO AMAZONAS Menor atividade industrial do PIM em janeiro reduz em 15% importações do AM em fevereiro.....	15
DIÁRIO DO AMAZONAS Varejistas reduzem preços da cesta .....	16
DIÁRIO DO AMAZONAS EDITAL DE CONVOCAÇÃP.....	17
DIÁRIO DO AMAZONAS NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO .....	18

## CAPA

# Cesta básica vai continuar subindo no Amazonas

**O**s cortes nos impostos federais em produtos da cesta básica não será sentido no Amazonas, afirma o presidente do Corecon-AM (Conse-

lho Regional de Economia do Amazonas), Marcus Evangelista. Na última sexta-feira (8), a presidente Dilma anunciou que o governo vai cortar os impostos federais em produ-

tos da cesta básica, o que representa queda de 9,25% no preço das carnes, café, manteiga e óleo, e de 12,5% na pasta de dentes e nos sabonetes, por exemplo. "Entretanto, o

consumidor final não sentirá impacto algum, porque na realidade o que onera o preço dos produtos é a carga tributária estadual, o ICMS", destacou o representante.

Página A5

Foto: Walter Mendes



## CAPA

\*\*\* \*\*

**MEMBRO** da Comissão Especial da Câmara Federal que analisa a PEC que prorroga a ZFM por mais 50 anos, o deputado federal Plínio Valério (PSDB) disse ao JC que seu objetivo agora no Congresso “é a luta política em favor do Amazonas e da ZFM”.



**Página A3**

## Maior arrecadação

# Amazonas deve arrecadar 15% de impostos a mais

Do início do ano, até ontem, 11 de março, foram arrecadados mais de R\$ 1,47 bilhões de impostos ao Governo do Estado. Enquanto no equivalente em 2012 haviam sido pagos apenas R\$ 1.273.937.545,06, uma alta de 13,61%.

**Página A7**

## Falta divulgação para alavancar turismo

EUSTÁQUIO LIBÓRIO\*

Na semana passada, o Instituto Fecomércio de Pesquisas Empresariais do Amazonas (Ifpeam) divulgou sua primeira pesquisa, deste ano, referente ao comportamento do turismo na Região Metropolitana de Manaus.

Entre as notícias boas aferidas pelo estudo do Ifpeam está a de que 57,3% dos turistas estrangeiros recomendariam Manaus como rota turística. É justamente aí que reside alguma dificuldade

para tornar a cidade um lugar mais visível no mapa do turismo nacional e estrangeiro.

Em que pese as iniciativas alardeadas de quando em vez pela Amazonastur no sentido de que tem enviado seus agentes a feiras e eventos no exterior para divulgar o Amazonas, e por tabela, Manaus, como destino turístico, essas iniciativas não parecem ter evoluído de forma satisfatória.

Conforme o estudo do Ifpeam, quando o questionamento sobre o que induziu o turista estrangeiro a visitar Manaus, a resposta de 24,3% é de que foi a influência de parentes e amigos. No caso do turista nacional a influência de parentes e amigos é ainda maior, atinge a resposta de 45% dos entrevistados.

No caso dos estrangeiros, a influência de feiras e eventos ao sugerir Manaus como destino turístico é igual à das agências de viagens: 15,5%.

Os principais motivos que trazem turistas estrangeiros a Manaus, informa o Ifpeam, são

os atrativos naturais como fauna e flora, com 38,7% e rios e cachoeiras, com 21,5%. Entre os turistas nacionais têm 21,5% que elencam a fauna e a flora como motivo principal.

Enquanto 20,1% dos visitantes nacionais que vêm a Manaus elegem monumentos e museus como atrativos culturais mais relevantes, 29,3% dos estrangeiros enfatizam o folclore regional como motivador da viagem, embora 22,1% também listem monumentos e museus em segundo lugar como motivação à viagem.

No contingente dos estrangei-

ros, 32,6%, no quesito outros motivos, dizem que esporte/aventura é motivador da viagem, enquanto 21,5% do turista nacional declara que vem a Manaus a negócios.

Mas nem tudo está em céu de brigadeiro no turismo amazonense e, em particular, de Manaus. Assim, gerentes e empresários afirmam que entre as dificuldades encontradas para aumentar o turismo na cidade estão a ausência de

eventos culturais e empresariais, divulgação deficiente da cidade, tanto no Brasil quanto no exterior, além da precariedade da infraestrutura aeroportuária.

A pesquisa aponta outros pontos positivos e negativos ligados a atração turística de Manaus e região metropolitana e faz jus ao seu objetivo de orientar os setores público e privado acerca de melhorias para o segmento turístico.

\* é editor da Revista PIM - E-mail: liborio.eus@uol.com.br

## Plínio diz que só a ZFM interessa

Já no Congresso Nacional, Plínio Valério diz que seu foco agora é a luta política pela ZFM e o Amazonas

Por J Taketomi

Vice-presidente da Comissão da Amazônia e membro da Comissão Especial da Câmara Federal que analisa a PEC (Projeto de Emenda Constitucional) que prorroga a Zona Franca de Manaus por mais 50 anos, o deputado federal Plínio Valério (PSDB) disse ontem (11) ao *Journal do Commercio* que seu objetivo agora no Congresso Nacional "é a luta política em favor do Amazonas e da ZFM".

Por telefone, Plínio revelou ao *JC* sua "tranquilidade" em relação a ADI (Ação Direta de Inconstitucionalidade) impetrada pelo Ministério Público do Estado junto ao Tribunal de Justiça do Amazonas contra a CMM (Câmara Municipal de Manaus) por ter alterado a Loman (Lei Orgânica Municipal) a fim de garantir a posse de Valério na Câmara Federal. Ele preencheu a oitava vaga do Estado na Casa, substituindo Pauderney Avelino (DEM), licenciado para compor o governo do prefeito de Ma-



Agora deputado federal, Plínio Valério já entra na briga pela ZFM na Câmara Federal

naus Arthur Neto (PSDB), no cargo de secretário municipal de Educação.

"O que a CMM fez foi normatizar uma questão considerada

polêmica para os seus vereadores. Hoje há uma farta jurisprudência, inclusive do Supremo Tribunal Federal, dizendo que suplente não é titular. Não ultra-

passamos, em nenhuma linha, a legalidade. Na verdade, a CMM agiu para me dar segurança a fim de assumir a vaga deixada por Pauderney e para ajudar o

vereador que porventura ficar na mesma situação futuramente".

Depois de assegurar ao *JC* sua fé na Justiça, e torcendo para que os desembargadores do TJAM corroborem uma jurisprudência enfatizada, inclusive, pelo Supremo Tribunal Federal sobre a questão de suplentes, exercendo mandatos de vereadores, assumirem cadeiras federais, Plínio desabafou que "agora minha grande prioridade são meus projetos em favor do Amazonas, a minha luta pela ZFM".

### Royalties

O parlamentar diz que sua luta pelo Amazonas no Congresso teve início logo após sua posse, na semana passada quando os parlamentares federais derrubaram mais de 30 vetos da presidente Dilma Rousseff (PT) sobre a distribuição igualitária entre os Estados os royalties do Pré-Sal. A decisão do Congresso indignou lideranças políticas do Rio de Janeiro e Espírito Santo, que vão recorrer ao STF para tentar manter os atuais crité-

rios de divisão do benefício e tentar suspender a distribuição igualitária.

"Votei contra os vetos de Dilma, e o resultado é que o Amazonas agora, em vez de 36 milhões de reais, vai poder ganhar 187 milhões dos royalties. Eu não penso como provinciano, eu penso grande, votei contra mais de 30 vetos de Dilma e ajudei nossa bancada na batalha contra os vetos e pela distribuição justa dos royalties", afirmou ele.

Segundo Plínio, sua performance em Brasília tem sido positiva também em função do apoio do prefeito Arthur Neto ao seu trabalho dentro do PSDB. "Fui muito bem recebido pelo PSDB, sou vice-presidente da Comissão da Amazônia e membro da Comissão Especial da PEC da ZFM. Devo tudo isso ao prestígio do Arthur lá no Congresso, pois o seu prestígio superou até o problema de eu ser suplente e ter que deixar o mandato quando o titular retornar, o que obstaculizava minha presença na Comissão da Amazônia".

Alimentos

# Cesta básica vai continuar subindo

Redução nos impostos federais determinada pela presidente não terá efeito aqui diante do peso do ICMS em alta

Por Olívia de Almeida

Os cortes nos impostos federais em produtos da cesta básica não será sentido no Amazonas, afirma o presidente do Corecon-AM (Conselho Regional de Economia do Amazonas), Marcus Evangelista. Na última sexta-feira (8), a presidente Dilma anunciou que o governo vai cortar os impostos federais em produtos da cesta básica, o que representa queda de 9,25% no preço das carnes, café, manteiga e óleo, e de 12,5% na pasta de dentes, nos sabonetes, por exemplo. "Entretanto, o consumidor final não sentirá impacto algum, porque na realidade o que onera o preço dos produtos é a carga tributária estadual, o ICMS", destacou o representante.

Recentemente, todos os produtos da cesta básica sofreram um aumento, em virtude da aprovação da lei complementar n. 212, de 21 de dezembro de 2012. Ela elevou alíquota do ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços) 0% para 17%. O preço desses itens foi o primeiro impacto da lei, mesmo antes dela começar a vigorar, no 1º de abril.

E de acordo com o secretário da Sefaz-AM (Secretaria do Estado da Fazenda do Estado do Amazonas), Afonso Lobo, a lei visa recompor a arrecadação do Estado. "Quanto aos cortes do governo federal, acredito que eles terão impacto positivo no Amazo-



Foto:Walter Mendes

Após alta de 4,13% em relação a janeiro, a cesta básica, composta por 12 itens, custou R\$ 314,18 para os consumidores manauaras

nas, haverá sim uma diminuição nos preços dos produtos, mesmo que a desoneração seja quase do tamanho que nós oneramos", disse.

Após alta de 4,13% em relação a janeiro, no segundo mês do ano a cesta básica, composta por 12 itens, custou R\$ 314,18 para os consumidores manauaras, se-

gundo o Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos). Este valor coloca a capital amazonense na quarta posição entre as capitais com as cestas mais caras, atrás apenas de São Paulo (R\$ 326,59), Porto Alegre (R\$ 318,16) e Florianópolis (R\$ 314,46, apenas R\$ 0,28 a mais que o verificado

em Manaus). Os menores valores médios foram observados em Aracaju (R\$ 238,40), Campo Grande (R\$ 269,38) e Salvador (R\$ 270,04).

Para a dona de casa, Maria do Carmo Rebouças, a cada mês fica mais difícil fazer as compras de casa, já que todo mês algum produto sofre um aumento. E a

saída encontrada por ela e outras consumidoras é pesquisar antes de sair de casa. "Folhear encartes de lojas, feiras e aproveitar os dias de promoção", comenta.

**Medidas**

Dilma repetiu as informações do pronunciamento feito em cadeia nacional de rádio e televisão

no dia 08 de março, quando as medidas foram anunciadas pela primeira vez.

O corte dos impostos tem como objetivo "estimular a agricultura, indústria e comércio, trazendo mais empregos", disse a presidente.

O governo também mudou os produtos que compõem a cesta básica, aproximando do que o brasileiro consome. Agora fazem parte desta cesta carnes bovina, suína, aves e peixes, arroz, feijão, ovo, leite integral, café, açúcar, farinhas, pão, óleo, manteiga, frutas, legumes, sabonete, papel higiênico e pasta de dentes. "Boa parte desses produtos já não pagava o Imposto sobre Produtos Industrializados, o IPI, mas ainda incidia uma alíquota de 9,25% do PIS/COFINS sobre os principais alimentos que você consumia", disse Dilma. "Isso acabou. Não será cobrado mais nenhum imposto federal sobre carnes bovina, suína, aves e peixes, nem sobre o café, o açúcar, o óleo de cozinha, manteiga, o sabonete, o papel higiênico e a pasta de dente", falou a presidente.

Dilma também falou que o governo vai adotar um elenco de medidas de proteção ao consumidor, reforçando os Procons e aumentando a fiscalização. Outro anúncio reforçado pela presidente foi o de instalar em cada Estado "um moderno centro de atendimento integral à mulher com serviços de prevenção à violência doméstica e ferramentas de estímulo aos negócios.

## Mdic

# Balança comercial reverte déficit inicial e fica positiva

A balança comercial brasileira registrou superavit de US\$ 236 milhões em março até a segunda semana, informou hoje o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic).

O resultado se deve a US\$ 5,734 bilhões em exportações e US\$ 5,498 bilhões em importações nas duas primeiras semanas do mês. A 1ª semana, composta apenas pelo dia 1º de março teve superavit de US\$ 61 milhões. A segunda semana teve superavit de US\$ 175 milhões.

No ano, o saldo continua negativo em US\$ 5,079 bilhões. No mesmo período do ano passado, o saldo da balança comercial era superavitário em US\$ 659 milhões.

A média diária de US\$ 955,7 milhões nas exportações até a segunda semana de março é 0,5% superior à média diária de US\$ 950,5 milhões dos embarques realizados em todo o mês de março do ano passado. Esse aumento é explicado pelo maior embarque dos produtos semimanufaturados. Os embarques desses produtos subiram, em média, 29,8%, passando de US\$ 109,1 milhões em março de 2012 para US\$ 141,6 milhões no acumulado deste mês.

O resultado se deve ao maior embarque de catodos de cobre, açúcar em bruto, ouro em forma semimanufaturada, ferro fundido, alumínio em bruto, couros e peles, celulose e ferro-ligas.

Tributos

# Estado deve arrecadar 15% a mais

Com a maior arrecadação do Norte, perspectiva é que seja pago quase R\$ 9 bilhões em impostos no ano de 2013

Por Osvaldo Henriques  
Especial para o JOC

**D**o início do ano, até ontem, 11 de março, foram arrecadados mais de 1,47 bilhões de impostos ao Governo do Estado. Enquanto no equivalente em 2012 haviam sido pagos apenas R\$ 1.273.937.545,06, uma alta de 13,61%. Se compararmos igual período do ano passado com o desse ano já foram pagos R\$ 200 milhões a mais. O Estado arrecadou

**R**\$ 7,6 bilhões em impostos e a previsão para este ano é de R\$ 8,9 bilhões, com margem de erro de 2%. Já no município de Manaus foram arrecadados R\$ 3,5 bilhões ano passado e R\$ 543 milhões em 2013, contando até esta segunda-feira. A previsão até o fim do ano é de R\$ 3,5 bilhões. Os dados são do site [www.impostometro.com.br](http://www.impostometro.com.br), idealizado pelo IBPT (Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário).

O Amazonas representa em torno de 30% de toda a arrecadação do norte do país e é a maior arrecadação da região, seguido

de perto pelo Estado do Pará, que atingiu R\$ 7,3 bilhões ano passado e este ano arrecadou R\$ 1,4 bilhões até o momento. No entanto a previsão para os paraenses é de R\$ 8,2 bilhões em 2013, um aumento de menos de R\$ 900 milhões, enquanto no Amazonas o aumento deve chegar a R\$ 1,3 bilhões a mais de impostos. Bem atrás, em terceiro lugar, com menos da metade da arrecadação do Amazonas, vem o Estado de Rondônia com R\$3,6 bilhões arrecadados ano passado e R\$ 742, milhões até 11 de março deste ano.

O economista Francisco Mourão Junior, explica que o Estado se sobressai na região em virtude da Zona Franca de Manaus. "Essa predominância no norte se dá devido a ZFM, são mais de 500 empresas instaladas aqui dentro do Polo. São empresas incentivadas, que se não pagarem os impostos em dia perdem o incentivo" justifica.

O economista justifica também que o aumento é natural dentro do crescimento previsto na economia e que na teoria o retorno deve ser positivo. "Basta o Estado saber prover, o que precisa é o povo participar mais para saber e fiscalizar onde o Estado está usando esse dinheiro. É um dinheiro público, tem que ser bem empregado" opina.

Vale lembrar que o governo estadual aumentou o imposto sobre a cesta básica. O valor que antes era de 1% sobre os produtos que compõem a cesta básica subiu para 17%.

Indo em contramão as medidas tomadas pelo governo federal, que anunciou esta semana a retirada dos impostos federais sobre os produtos da cesta básica. "Foi uma medida errada, tem muitos lados negativos para o bolso do consumidor. Irá se tornar uma pressão para que o governo revogue e volte atrás dessa medida" criticou Mourão Junior.

Para Wilson Luiz Buzato Pé-

rico, Presidente da CIEAM (Centro das Indústrias do Estado do Amazonas), esse aumento na cesta básica ajudará no aumento de coleta de impostos pelo governo, mas ressalta que o governo vem adotando medidas visando aumentar a atividade e geração de empregos na região. Périco está se referindo a redução da cobrança da alíquota de 25% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) referente ao consumo de energia aplicado ao Polo de Duas Rodas e componentistas da Zona Franca de Manaus. "O governo está fazendo o papel dele, mas tem que adequar a arrecadação para o orçamento que ele tem. Mas com foco sempre na geração de empregos. A CIEAM apoia todas as medidas que venham a reduzir o custo e aumentar a competitividade das indústrias de Manaus".

**Curiosidades**

Segundo dados do impostômetro, com o dinheiro pago em impostos do início do ano até hoje, daria para serem construídos mais de 5 mil postos de saúde, comprar mais de 18mil ambulâncias, construir e equipar

mais de 105 mil salas de aula ou asfaltar mais de 1.261 km de estradas. Por minuto, serão pagos até o final do ano para o Governo do Estado do Amazonas, R\$ 17mil reais de impostos, R\$ 24,5 milhões por dia. O que dá uma de média de R\$ 2.620,43

de impostos por ano por cada habitante do Estado. Para os cálculos são considerados todos os valores arrecadados pelo governo, a título de tributos: impostos, taxas e contribuições, incluindo as multas, juros e correção monetária.

**Números**

**IMPOSTOS NO AMAZONAS**

R\$ 284,06 por segundo  
R\$ 17.043,81 por minuto  
R\$ 1.022.628,03 por hora  
R\$ 24.543.087,03 por dia  
R\$ 2.620,43 é a média que será paga por habitante ao estado até o fim do ano

**Números**

**IMPOSTOS EM MANAUS**

R\$ 112,81  
R\$ 6768,54  
R\$ 406.112,24  
R\$ 9.746.693,83  
R\$ 1.808,57 é a média que será paga por habitante ao município



## sim & não

**ICMS** As regiões Sul e Sudeste estão atuando em bloco para derrubar, no Senado, item que beneficia o Amazonas na reforma da cobrança do ICMS interestadual. A articulação está sendo monitorada por parlamentares amazonenses.

**Relator** Relator de projeto que amplia a composição do Conselho de Administração da Suframa, o senador Romero Jucá (PMDB-RR), antecipou que amanhã vai emitir parecer favorável à proposta que foi apresentada pela senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB).

**CAS ampliado** Na proposta, a senadora Vanessa amplia a formação do CAS com dois representantes do meio acadêmico e científico, além de um representante das associações de municípios do Amazonas, Acre, Amapá, Rondônia e Roraima.

## Emendas de R\$ 781 milhões

Esse é o valor destinado ao Amazonas por meio de emendas à Lei Orçamentária, que deve ser votada hoje no Senado

### ANTÔNIO PAULO

antonio paulo@acritica.com.br

BRASÍLIA (SUCURSAL) – Se a base aliada do Governo da presidente Dilma Rousseff conseguir convencer a oposição, principalmente o PSDB que está obstruindo a votação, o Senado pode aprovar hoje o texto final do Orçamento Geral da União deste ano. Na quinta-feira, a Câmara dos Deputados aprovou o relatório do senador Romero Jucá (PMDB-RR) pendente desde dezembro. A proposta orçamentária de 2013, no valor global de R\$ 3,86 trilhões para receitas e despesas do Governo Federal, prevê um montante de R\$ 405,6 milhões para o Estado do Amazonas por meio de emendas de bancada mais R\$ 165 milhões de propostas individuais dos 11 parlamentares do Estado.

Foram incluídos pelo relator-geral mais R\$ 93,5 milhões para a execução de 35 terminais hidroviários fluviais no Estado; outros R\$ 77,4 milhões para o setor de saúde e R\$ 40 milhões para implantação do anel viário leste em Manaus, uma obra acertada pelo governador Omar Aziz com a presidente Dilma Rousseff. O total geral do orçamento da União para o Amazonas, aprovado pela Câmara e que deverá ser referendado pelo Senado, é de R\$ 781,5 milhões, fora os recursos federais de custeio previstos pelo próprio Governo.

Dentre as emendas parlamen-

tares à Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2013 estão R\$ 80 milhões para ações de prevenção a desastres na Região Metropolitana de Manaus, uma proposta do senador Eduardo Braga (PMDB-AM). Os recursos são para compra e instalação de equipamentos, infraestrutura urbana e rural, estabilização de encostas, contenção de erosões, realocação de famílias em áreas de risco, prestação de serviços essenciais, proteção do patrimônio público e demais ações que visem a diminuir a vulnerabilidade da população aos desastres.

As demais emendas, sugeridas por cada um parlamentares da bancada, pelo Governo do Estado, pela Prefeitura de Manaus e pela Associação Amazonense de Municípios, são para investimento no Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus (Prosamim) na Região Metropolitana de Manaus, infraestrutura nos municípios da região do Calha Norte, construção e aparelhamento de Laboratório Central, estruturação de unidades de atenção especializada em saúde, construção e reformas de escolas de tempo integral, implantação e modernização de infraestrutura para esporte educacional, apoio a projetos de infraestrutura turística, obras de macrodrenagem e controle de erosão marinha fluvial e, ainda, ampliação e reforma do edifício sede do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas.



Deputados e senadores garantiram R\$ 405,6 milhões só para o Governo do Estado por meio de emendas de bancada

Dentro do valor global da peça orçamentária, no valor de

R\$ 781,5 milhões, constam R\$ 34 milhões para infraestrutura portuária, sendo R\$ 20 milhões para Porto de Manaus; R\$ 10 milhões para construir o porto da Manaus Moderna e outros R\$ 4 milhões para adequação do porto de São Raimundo. Há ainda R\$ 51,2 milhões para vigilância em saúde; R\$ 18,2 milhões para assistência farmacêutica e atenção básica e mais R\$ 5,2 milhões para compra de medicamentos.

### Saiba mais

#### >>Verbas para Manaus

Logo que foi eleito prefeito de Manaus, Artur Virgílio Neto (PSDB) procurou a bancada de deputados e senadores do Amazonas e pediu emendas ao Orçamento da União no valor de R\$ 320 milhões. Quando o relatório final de Romero Jucá foi fechado, havia somente R\$ 55,5 milhões destinados à Prefeitura de Manaus: R\$ 35 milhões oferecidos pelo sena-

dor Alfredo Nascimento (PR-AM) para obras de macrodrenagem; R\$ 8 milhões, do deputado Carlos Souza (PSD-AM), para modernização de infraestrutura de esporte e lazer; R\$ 3,4 milhões de uma emenda do deputado Praciano (PT-AM) para construção de escolas de tempo integral e outros R\$ 9,1 milhões sugeridas por Artur Neto para projetos de infraestrutura turística.

## Reunião sobre pacto federativo

O governador Omar Aziz e os demais governadores dos 25 Estados e do Distrito Federal têm uma reunião marcada, amanhã, com os presidentes da Câmara, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), e do Senado, Renan Calheiros, para discutir o pacote de projetos envolvendo a reforma do pacto federativo que incluem a nova partilha do Fundo de Participação dos Estados (FPE); a reforma do ICMS e a renegociação da dívida dos Estados e dos Municípios.

No caso do FPE, o Senado pretende apreciar, no dia 19, as novas regras de repartição dos recursos do fundo. O STF decidiu que a atual regra é inconstitucional e que só valerá até 31 de dezembro de 2012. Como o Congresso não cumpriu o prazo, o Supremo estendeu por mais 150 dias. A proposta do ICMS unifica a alíquota interestadual para 4%, mas o Governo prevê, no projeto, uma diferenciação para o Estado do Amazonas. O líder governista, Eduardo Braga, diz que a matéria poderá dar "dor de cabeça" nos debates do Senado.

## Holanda de olho no Polo Naval do AM

A empresa holandesa Damen Shipyard, especialista em construção e reparação de veículos náuticos, procurou ontem o presidente do Sindicato da Indústria da Construção Naval de Manaus (Sindnaval), Matheus Araújo, para buscar uma parceria comercial com os estaleiros sediados na capital. Os representantes vieram à cidade atraídos pelo desenvolvimento do polo naval amazonense, que é o segundo maior no Brasil e pela possibilidade da construção de uma sede em Manaus com a instalação da área exclusiva do Polo Naval.

A obra está em andamento desde 2006 e tem como coordenadores os governos federal e estadual, mas foi idealizado na década de 1980 por Marcilon Araújo, pai de Matheus Araújo. A área escolhida para a obra abrange cerca de 30 quilômetros da margem do Lago do Puraquequara.

Na reunião, os executivos Damen Rutger Dolk (Gerente Comercial), Bram Kouters (Gerente de Tecnologia) e Marina Saconat (Suporte de Vendas) informaram que a intenção inicial da empresa é conhecer a estrutura dos estaleiros do Estado para apresentar a proposta de parceria tecnológica. "Temos um grande respeito pelo povo da Amazônia e seu trabalho. Não queremos nos aproveitar, queremos uma parceria comercial onde todos possam ter seus anseios atendidos", afirmou Marina, que é mineira, mas trabalha na Damen, na Holanda.

## Guerra Fiscal

# ZFM sob ameaça do Sul e Sudeste

Pano de fundo é projeto de Resolução que unifica o ICMS em 4%. Aqui será 12%

Os Estados do Sul e do Sudeste se articulam para promover mudanças nos projetos que o governo enviou à Câmara e ao Senado para levar adiante a unificação das alíquotas interestaduais de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Foi o que informou ontem, em seu site, o jornal Valor Econômico.

Uma das reivindicações deles será quanto ao fato de que o Estado do Amazonas, por conta da Zona Franca de Manaus, e o Mato Grosso, em função do gás natural, receberam tratamento diferenciado por parte do Governo Federal, visto que os dois estados manterão a alíquota de 12%, enquanto

### Faturamento

Com média de 453 empresas enviando dados aos indicadores, o faturamento do PIM em janeiro ficou em R\$ 5.311.394.473, o maior já registrado para o primeiro mês do ano, sendo 7,33% maior que o de janeiro de 2012.

os demais estados da federação ficarão com uma alíquota unificada em 4%, no prazo de 12 anos.

Na Resolução que trata desse assunto e que será apreciada pe-

lo Senado, há dois tipos de alíquota atualmente cobradas referente ao ICMS interestadual: 12% e 7%. Além disso, o governo enviou para essa Casa uma Medida Provisória (nº 599, de 2012) que cria os fundos de compensação e de desenvolvimento regional, e um projeto de lei complementar que altera o indexador das dívidas de Estados e municípios com a União - hoje indexada pelo IGP-D, o qual passará para o IPCA.

De acordo com o secretário de Fazenda do Paraná, Luiz Carlos Haully, há "toda uma estratégia" para poder encaminhar o trâmite das propostas e tentar proteger os interesses desses Estados.

### Em números



Segundo Haully, a proposta original do Ministério da Fazenda para a reforma do ICMS era boa, mas, no fim, o governo parece ter cedido aos Estados de Norte, Nordeste e Centro-Oeste e apresentou uma proposta com prazos e outros pontos diferentes dos previamente discutidos no Confaz.

Segundo o senador Delcídio Amaral (PT-MS), relator na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do projeto de resolução unificando o ICMS, o governo gostaria que o "pacote todo" de questões federativas que estão em tramitação - reforma do ICMS, negociação das dívidas e FPE - fosse aprovado até o fim do primeiro semestre. O líder do governo no Senado, Eduardo Braga (PMDB-AM), acredita numa negociação que envolva todas as questões do pacto federativo. "Um diálogo federativo no conjunto não pode ser evitado", afirma.

Junto com a discussão do fim da guerra fiscal, os governadores de todos os Estados querem tratar de reduzir o limite de comprometimento da receita líquida de 15% para 9%.

## Espaço da Indústria

# Resultado positivo da indústria em janeiro

Começamos 2013 com o pé direito na produção industrial brasileira. Janeiro apresenta resultado positivo em relação ao mesmo período do ano passado, com crescimento da ordem de 5,7%, segundo o IBGE, constituindo-se numa expansão de perfil generalizado, alcançando todas as categorias. O setor de material eletrônico, aparelhos e equipamentos de comunicações, assinalou a expansão mais intensa, crescendo em 10,5%. Entretanto, só poderemos afirmar com segurança se a indústria finalmente dá respostas mais positivas de recuperação, após o primeiro trimestre, uma

vez que fevereiro normalmente apresenta uma tendência de queda da produção, em razão dos feriados e do número de dias úteis reduzidos, restando o mês de março como o fiel da balança do comportamento da indústria no trimestre. Por sua vez, as perspectivas para o Polo Industrial de Manaus são promissoras e nos fazem supor a possibilidade de batermos novos recordes de produção e faturamento neste ano. No momento só dispomos de estimativas preliminares de faturamento do PIM, calculando-se em janeiro um faturamento total em torno de R\$ 5,323 bilhões, com previsão de



**Athaydes  
Mariano  
Félix**

E-MAIL:  
FIEAM@  
FIEAM.ORG.BR

crescimento em relação ao mesmo mês de 2012, em torno de 7,5%. Esse dado nos permite estimar também um crescimento na produção até maior do que esse índice, haja vista a tendência progressiva de rebaixamento de preços de venda dos principais produtos fabricados no Polo, em face da contínua disputa na concorrência com produtos de outros mercados, o que provoca maior quantidade produtiva para se atingir o mesmo patamar de faturamento. O subsetor eletroeletrônico, que é o carro chefe da produção industrial da Zona Franca de Manaus, conforme estimativas

apresenta um faturamento de R\$ 2,3 bilhões no mês de janeiro, alcançando mais de 15,6% de crescimento em relação ao mesmo mês do ano anterior. As exportações do PIM também se destacaram em janeiro de 2013 em comparação com janeiro de 2012, apresentando um crescimento de mais de 18% no faturamento em dólar, totalizando aproximadamente US\$ 70 milhões de exportações, em que o carro chefe continua sendo o setor químico participando com quase 42%. Em segundo lugar vem o setor eletroeletrônico com um pouco mais de 17% e em terceiro o setor de duas rodas com quase

17%. Os três subsectores somam aproximadamente 76% do faturamento das exportações totais do PIM. Temos esperança de que o ano de 2013 seja de progresso e maior dinamismo para a indústria brasileira e local, com a manutenção dos baixos índices de desemprego no país e a solução dos gargalos logísticos de transporte de cargas, que prejudicam a competitividade dos nossos produtos. No ano em que se realiza a VII Feira Internacional da Amazônia (FIAM), são boas as perspectivas de resultados positivos para a economia do Estado do Amazonas.

## Comércio exterior

A Receita Federal inicia hoje, na sede da Sufrema, o 1º Fórum Aduaneiro da Alfândega do Porto de Manaus, para discussão de assuntos relacionados ao desembaraço aduaneiro, como procedimentos de importação, exportação e trânsito aduaneiro. O evento reunirá empresas do Polo Industrial, despachantes e transportadores.

### Menor atividade industrial do PIM em janeiro reduz em 15% importações do AM em fevereiro

O Amazonas importou US\$ 900 milhões em fevereiro, 8,4% abaixo do volume do mesmo mês do ano passado. Comparado a janeiro desse ano, a queda foi de 15,8%. A maior parte da importação é de insumos para o Polo Industrial de Manaus

(PIM). Os dados são do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic).

Enquanto as peças para computadores e celulares elevaram o volume de importados, as compras externas de peças para televisores e moto-

cicletas puxaram as importações para baixo.

Em fevereiro, as compras externas de peças para televisores chegaram a US\$ 180,8 milhões, 5,6% menos que fevereiro do ano passado. Já a queda nas importações de peças para

motocicletas foi de 30%, que somou US\$ 26,3 milhões este ano.

As importações não chegaram ao nível do ano passado e o comportamento mostra quais setores devem ter maior crescimento, afirma o economista e consultor Ailson Rezende.

A China continua sendo a maior fornecedora de peças para o PIM, com um volume de US\$ 391 milhões no segundo mês do ano, 9% acima do ano passado.

#### Exportações

As exportações apresentaram uma alta de 17%, em fevereiro comparado a fevereiro do ano passado. Enquanto este ano foram exportados US\$ 76,98 milhões, em fevereiro de 2012, o volume foi de US\$ 65,6 milhões.

## Varejistas reduzem preços da cesta

Redes de supermercados começam a repassar a desoneração dos encargos dos produtos básicos

TEXTO Lais Motta

FOTO Jeis Araújo

MANAUS

Os preços de produtos da cesta básica começaram a cair em parte dos supermercados de Manaus desde o último sábado, após a desoneração dos tributos federais anunciada pela presidenta Dilma Rousseff na sexta-feira.

Carnes (bovina, suína, ovinha, caprina e de aves), peixes, café, açúcar, óleo de soja, manteiga, margarina, sabonete, pasta de dente e papel higiênico tinham alíquota de 9,25% de PIS/Cofins e passaram a zero. Estes três últimos itens não faziam parte da cesta básica e foram acrescentados pelo governo federal. Outros 12 produtos já eram desonerados.

A redução no preço de produtos vai depender do sistema

no qual as empresas se enquadram: lucro real ou lucro presumido. No lucro real, os 9,25% de isenção de tributos devem incidir sobre o valor final de cada produto, destaca o delegado da Receita Federal no Amazonas, Leonardo Frota. No caso do lucro presumido, a isenção é de 3,25% sobre o valor final da venda. "Se o produto valer R\$ 10, a medida tira os 9,25% ou 3,25%, dependendo do sistema", explicou. Segundo o delegado, a maioria dos estabelecimentos varejistas no Amazonas se enquadra ou no lucro presumido ou no modelo Simples.

Desde 2005, uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) garante que os produtos que vêm para Zona Franca de Manaus cheguem sem a cobrança de PIS/Cofins. "O governo do Estado propôs uma Adin porque tínhamos uma legislação que concedeu alíquota



Preocupado com a inflação, governo federal desonera os itens da cesta, como o café e reflexo já é sentido

zero de PIS/Cofins para a exportação. Ele (governo) entrou com uma liminar que garante que o produto que vem para a Zona Franca chegue isento desse imposto", destacou Frota.

O impacto sobre os preços dos produtos não deve ser mui-

to grande, estimam representantes de redes varejistas. O diretor executivo do Attack, José Miranda Neto, disse que os preços começaram a cair desde ontem e a estimativa é que fiquem entre 1% a 2% mais baratos.

Na rede Nova Era, distribuidora e superatacadado, os preços estão mais baixos desde o sábado, informou o gerente de compras, Magno Ferreira. "O que não dá pra garantir é que os pequenos comerciantes façam o mesmo", afirmou.

### Estoque

Enquanto parte das redes varejistas já pratica valores mais baixos, outra descarta a queda imediata dos preços e aguarda a renovação dos estoques para saber o impacto da medida. É o caso da rede de supermercado DB. "A intenção é que isso aconteça", disse o gerente de Marketing da rede, Guto Cobert.

### OS NÚMEROS

## 9,25%

é quanto o governo federal espera que caia o preço dos itens da cesta básica até abril.

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

	<b>Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior</b>	<b>GOVERNO FEDERAL</b> <b>BRASIL</b> PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA
-----------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE PROJETOS, pelo presente, convoca o representante das empresas abaixo, por estarem em lugar incerto e não sabido, a comparecerem num prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data de publicação deste, na unidade administrativa COORDENAÇÃO GERAL DE ACOMPANHAMENTO DE PROJETOS INDUSTRIAIS - CGAPI, localizada à Av. Ministro Mário Andreazza, nº 1424 – Distrito Industrial, a fim de tratar de assunto relativo aos projetos industriais.

EMPRESA	CNPJ	INSCRIÇÃO SUFRAMA
AKASA BRASIL IND. COM. IMP. E EXP. DE PEÇAS PARA INFORMÁTICA LTDA. EPP	07.877.911/0001-40	20.1244.01-2
ELCOTEQ DA AMAZÔNIA LTDA.	06.369.890/0001-90	20.1078.01-5
GEMINI PRODUTOS DE EMBALAGEM PLÁSTICA LTDA.	05.787.518/0001-30	20.1080.01-0
IBT INDÚSTRIA BRASILEIRA DE TELEVISORES S/A.	63.733.562/0001-64	20.0557.01-7
MW FLORESTAL DO BRASIL COMERCIAL E INDÚSTRIA LTDA.	00.998.446/0001-57	20.0004.02-6
PROVIEW ELETRÔNICA DO BRASIL LTDA.	02.826.274/0001-60	20.0841.01-7
TEXPET DO BRASIL LTDA.	04.641.979/0001-38	20.1030.01-2
VISUM SISTEMAS ELETRÔNICOS DA AMAZÔNIA LTDA.	09.177.611/0001-84	20.1252.01-5

Manaus, 05 de março de 2013  
**GUSTAVO ADOLFO IGREJAS FILGUEIRAS**  
Superintendente Adjunto de Projetos

## NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO



Ministério do  
**Desenvolvimento, Indústria  
e Comércio Exterior**

GOVERNO FEDERAL  
**BRASIL**  
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

---

O Procurador-Chefe da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, no uso de suas atribuições legais e regulamentares que lhe foram conferidas pela Portaria n. 49, de 18/01/2008, e esgotada a tentativa de dar ciência por meio de notificação via Carta Registrada com Aviso de Recebimento, notifica as empresas abaixo relacionadas do **Estado do Amazonas** a comparecerem a esta Autarquia no prazo de 10 dias a contar desta publicação, para efetuarem o pagamento dos débitos de sua responsabilidade, originados da prestação de serviços públicos por parte da Autarquia, não pagos até a presente data e acrescido de juros e multa. O procedimento para a quitação de débito deverá ser efetuado junto a Procuradoria Jurídica da Suframa, localizada na Avenida Ministro Mário Andreazza, n. 1424 - Distrito Industrial, Manaus/AM, de segunda à sexta-feira, das 8:00 às 12:00 e das 14:00 às 18:00 horas, ou mediante contato (92) 3321-7009 ou nas Unidades Descentralizadas da Suframa. Caso este débito já se encontre quitado, solicitamos o envio da correspondente comprovação a esta Autarquia.

EMPRESA	CNPJ	ACORDÃO	PROCESSO TCU
JOÃO ALVES TORRES NETTO	106.065.721-04	2773/04-1 e 6571/10-1c	3914/11-11
ASSEC SERVIÇOS E COMERCIO LTDA	84.445.113/0001-90	2773/04-1 e 6571/10-1c	3914/11-11

**Fernando Nunes da Frota**  
Procurador-Chefe